

**POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE
DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO
E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE
ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA – PLD/FTP**

V1 - 2025

Índice

I-	Objetivo	3
II-	Abrangência.....	3
III-	Vigência e atualização	3
IV-	Regulamentação aplicável	3
V-	Definições.....	4
VI-	Estrutura PLD/FTP	5
VII-	Responsabilidades.....	5
VIII-	Conceito.....	7
IX-	Avaliação interna de riscos	10
X-	Procedimento de controles internos.....	17
XI-	Monitoramento.....	26
XII-	Declaração negativa CVM.....	29
XIII-	Confidencialidade das informações.....	29
XIV-	Treinamento.....	30
XV-	Relatório PLD/FTP.....	30
XVI-	Nomeação ou substituição do Diretor de PLD/FTP	31
XVII-	Manutenção dos arquivos.....	32
XVIII-	Exceções	32
	ANEXO I -Definição de Pessoas Expostas Politicamente (PEP) de que trata o art. 5º, inciso I da Resolução CVM nº 50/21	33
	ANEXO II - Critérios para Classificação de Risco em PLD/FTP	35
	ANEXO III - Diretrizes de Monitoramento – Resolução CVM nº 50/21, Capítulo V, Art. 20.....	44
	ANEXO IV - Dispõe sobre o conteúdo do cadastro de investidores de que trata o art. 11 da Resolução CVM nº 50/21	47

I- Objetivo

A presente Política visa apresentar os conceitos a serem seguidos pela Legatus Capital Gestora de Recursos Ltda., denominada neste documento como “Legatus”, em consonância com as Leis federais, regulador e autorregulador no que tange a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP.

É extremamente relevante que todos os diretores e colaboradores entendam sua responsabilidade no processo, bem como a importância de manter a Legatus como uma instituição, alinhada com os melhores princípios, sempre disposta a coibir qualquer atividade ilícita.

II- Abrangência

Essa Política tem como público-alvo todos os diretores, colaboradores, terceiros prestadores de serviços contratados e contrapartes dos veículos de investimentos da Legatus.

III- Vigência e atualização

As diretrizes contidas nesta Política entram em vigor na data de sua publicação e permanecem vigentes por prazo indeterminado, devendo ser mantida atualizada. A Política de PLD/FT e seus procedimentos deverão ser revisados sempre que houver alterações significativas na legislação, no perfil de risco da Gestora ou em seus produtos e serviços.

A aprovação desta Política e posterior atualizações deverão ser realizadas por todos os Diretores da Legatus.

IV- Regulamentação aplicável

- Lei nº 9.613/98, com alterações dada pela Lei nº 12.683/2012;
- Lei nº 13.260/16;
- Lei nº 13.810/19;
- IV Guia ANBIMA de PLD/FTP;
- Resolução CVM nº 50/21;

- Nota Explicativa à Resolução CVM nº 50/21.

V- Definições

- COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras: responsável por receber, analisar e retransmitir aos órgãos competentes as comunicações de operações suspeitas/atípicas ou em espécie recebidas de todos os setores obrigados por lei a prevenir o crime de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
- GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional: organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – LD/FTP;
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas: tem como responsabilidade primária a manutenção da paz e da segurança internacionais, além de capacidade jurídica para autorizar o uso da força e fazer cumprir suas decisões em caso de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Por meio de suas sanções impostas por resoluções do CSNU, conforme Lei nº 13.810/19, determina a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados;
- ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro: é uma das principais redes de articulação para arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para formulação de políticas públicas e soluções voltadas ao combate ao crime de lavagem de dinheiro;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP): é um órgão da administração pública federal direta, que tem dentre suas competências a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública; e a defesa da ordem econômica nacional e

dos direitos do consumidor. O MJSP atua também no combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiem essas atividades criminosas ou dela resultem, bem como na prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

VI- Estrutura PLD/FTP

A estrutura, cumprimento e assuntos relacionados a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento ao Terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa da Legatus é realizada pela governança de Compliance, Risco e PLD/FTP.

VII- Responsabilidades

A Legatus atua como prestadora de serviços de administração de carteiras na categoria gestor de recursos, bem como realiza a atividade de distribuição de produtos de investimento no qual tem relacionamento direto com o cliente, nesse sentido, tem o dever de cumprimento dos procedimentos “conheça seu cliente” e cadastro de clientes.

Os profissionais alocados na área de Compliance, Risco e PLD/FTP realizam a atividade de Compliance PLD/FTP possuem total independência e autonomia para o desempenho das suas funções e tomada de decisão na sua esfera de atuação, sem qualquer subordinação às demais áreas da Legatus, reportando-se diretamente à Diretoria. Tais profissionais possuem amplo e irrestrito acesso às informações relacionadas às atividades sociais, incluindo operações realizadas, produtos, contrapartes, prestadores de serviço e demais colaboradores da Legatus, de forma a permitir o gerenciamento do risco de que trata esta Política.

Diretoria Compliance, Risco E PLD/FTP

O Diretor Estatutário de PLD/FTP, nomeado nos termos do artigo 8º da Resolução CVM nº 50/21, é responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas na referida instrução, em especial, pela implementação e manutenção da política de PLD/FTP compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da Legatus, de forma a assegurar o efetivo gerenciamento dos riscos de

LD/FTP (lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa).

O Diretor de PLD/FTP deve agir com probidade, boa fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, todo cuidado e diligência esperados dos profissionais em sua posição. Ainda, o Diretor de PLD/FTP deve ter amplo, irrestrito e tempestivo acesso a qualquer informação relacionada à atuação do ente regulado no mercado de capitais, possibilitando, dessa forma, que os dados necessários para o exercício de suas atribuições e de seus funcionários, especialmente no que tange ao efetivo gerenciamento dos riscos de lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (LD/FTP), possam ser eficaz e tempestivamente utilizados.

Cabe a todos os Diretores da Legatus:

- I. A responsabilidade pela aprovação e adequação da respectiva política, da avaliação interna de risco, assim como das regras, dos procedimentos e dos controles internos;
- II. Assegurar que o sistema responsável pela coleta, atualização e guarda das informações relacionada ao Procedimento de Identificação aplicável, é adequado para o fim a que se destina; e
- III. Assegurar recursos humanos e financeiros suficientes para cumprimento de todos os deveres e obrigações determinados pela Resolução CVM nº 50/21.

Cabe à Diretoria de Compliance, Risco e PLD/FTP:

- I. Independência, autonomia e conhecimento técnico suficiente para o pleno cumprimento dos seus deveres, assim como tem pleno acesso a todas as informações que julgar necessárias para que a respectiva governança de riscos de LD/FTP possa ser efetuada;
- II. Assegurar a conformidade com a legislação, as normas, os regulamentos e as políticas que norteiam o processo de PLD/FTP;
- III. Implantar o programa de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (LD/FTP) na Legatus (sistemas, processos, procedimentos e treinamentos);
- IV. Supervisionar o cumprimento desta política;

- V. Implantar o processo de Due Diligence para avaliação de novos prestadores de serviços, produtos e serviços
- VI. Aprovar a análise de situações atípicas para comunicação ou não ao COAF e CVM;
- VII. Assegurar que está tempestivamente ciente dos riscos de conformidade relacionados à LD/FTP;
- VIII. Elaboração do relatório de avaliação interna de risco de LD/FTP.

Demais Colaboradores

Sem prejuízo da responsabilidade do Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP, todos os colaboradores da Legatus também devem zelar pelo cumprimento desta Política.

É de responsabilidade de todos os colaboradores:

- I. Reportar imediatamente ao Compliance, Risco e PLD/FTP quando constatado quaisquer indícios de LD/FTP ou burla do sistema financeiro;
- II. Zelar pelo cumprimento dessa Política e reportar imediatamente ao Compliance quaisquer irregularidades no processo.

VIII- Conceito

Lavagem de Dinheiro

Lavagem de Dinheiro é uma expressão que se refere a práticas econômico-financeiras que têm por finalidade dissimular ou esconder a origem ilícita de determinados ativos financeiros ou bens patrimoniais, de forma a que tais ativos aparentem uma origem lícita ou a que, pelo menos, a origem ilícita seja difícil de demonstrar ou provar.

O processo de lavagem de dinheiro consiste na transformação de recursos obtidos de forma ilícita em ativos líquidos, por meio de transações constantes do dinheiro.

A Legatus, conforme Lei Federal nº 9.613/98, está sujeita aos mecanismos de controles necessários para coibir a lavagem de dinheiro através de:

- I. Identificação e monitoramento tempestivo de colaboradores, contrapartes, terceiros e prestadores de serviços;

- II. Comunicação de situações atípicas, estando sujeita à responsabilidade administrativa.

Etapas da Lavagem de Dinheiro

- 1) Colocação: É primeira etapa do processo de lavagem de dinheiro. Nesta fase inicial o criminoso procura inserir o dinheiro através depósitos, compras de instrumentos negociáveis e/ou compra de bens.
- 2) Ocultação: Nessa segunda fase o criminoso tenta movimentar os recursos, através de inúmeras transações, principalmente para contas anônimas em países amparados pelo sigilo bancário ou realizando depósitos em nome de “laranjas” ou empresas de “fachada”.
- 3) Integração: Nessa última fase, os ativos ilícitos são transformados em ativos lícitos, sendo assim incorporados formalmente pelo sistema financeiro.

Financiamento do Terrorismo

É o ato de prover ou destinar fundos a serem utilizados para o financiamento e manutenção de grupos terroristas e de extrema violência. Como os métodos utilizados pelos terroristas para dissimular o vínculo entre eles e as suas fontes de financiamento são semelhantes aos utilizados na prática do crime de lavagem de dinheiro, temos que estar preparados para identificar e reportar operações e situações atípicas e/ou suspeitas que possam ter relação com os crimes de terrorismo e o seu financiamento.

Crimes de Terrorismo

A Lei 13.260/16 define como terrorismo a prática por um ou mais indivíduos dos atos abaixo descritos, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

São atos de terrorismo:

- Usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

- Sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;
- Atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa;
- Promover, constituir, integrar ou prestar auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista;
- Realizar atos preparatórios de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito;
- Oferecer ou receber, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir ou de qualquer modo contribuir para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro, com a finalidade de financiar, total ou parcialmente, pessoa, grupo de pessoas, associação, entidade, organização criminosa que tenha como atividade principal ou secundária, mesmo em caráter eventual.

Proliferação de Armas de Destruição em Massa

Entende-se como proliferação de armas de destruição em massa, o dispositivo capaz de promover e multiplicar danos intencionais em grande escala, a exemplo de armas nucleares, armas com materiais radioativos, armas químicas e biológicas ou tóxicas, mísseis e veículos aéreos não tripulados, também denominados vetores, com capacidade de transportar arma de destruição em massa (ADM), assim considerados, embora despertem idênticas preocupações do ponto de vista da segurança internacional, e quaisquer armas desenvolvidas no futuro com efeitos destrutivos similares e comparável aquele da bomba atômica ou de outras armas mencionadas acima, conforme definição da Organização das Nações Unidas (ONU).

Pessoa Exposta Politicamente – PEP

Considera-se como Pessoas Expostas Politicamente – PEP, o disposto estabelecido na Resolução CVM nº 50/21, art. 5º, inciso I, a condição de PEP perdura até 5 (cinco) anos contados da data em que a pessoa

deixou de se enquadrar, conforme detalhado anexo I, para efeitos do disposto nesta Política.

Beneficiário Final

Pessoa natural ou pessoas naturais que, em conjunto, possuam, controlem ou influenciem significativamente, direta ou indiretamente, o qual se beneficie de uma transação que esteja sendo conduzida. Também é considerado beneficiário final os seus prepostos, procuradores e representantes legais.

Ainda, será considerado beneficiário final a pessoa física que possui influência significativa, ou seja, situação em que uma pessoa natural, seja o controlador ou não, exerça influência de fato nas decisões ou seja titular de mais de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social das pessoas jurídicas ou do patrimônio líquido dos fundos de investimento.

IX- Avaliação interna de riscos

A Legatus realiza a avaliação interna de risco no âmbito de prevenção a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP, em consonância com seu porte e natureza de sua atividade.

A avaliação interna de riscos visa identificar, analisar e monitorar os possíveis riscos de LD/FTP presentes no ambiente da Legatus, considerando seus objetivos, controles internos e processos operacionais.

O seu objetivo é determinar as medidas necessárias para mitigar os riscos de LD/FTP encontrados e avaliados.

Nessa abordagem, os controles e mecanismos adotados pelas Legatus deverão ser pautados nos riscos concretos identificados e terão por objetivo prevenir e mitigar esses riscos. A Avaliação Interna de Risco da Legatus é realizada pela área de Compliance, Risco e PLD/FTP, no qual os parâmetros definidos são formalizados e controlados pela área.

Para realizar a avaliação interna de riscos, é necessário:

- Analisar o ambiente no qual a Legatus está inserida;
- Identificar os riscos LD/FTP;
- Analisar e compreender os riscos e realizar medidas preventivas;

- Documentar os riscos e implementar ações para mitigá-los.

O gerenciamento do risco de LD/FTP é prioridade na atuação do Compliance, Risco e PLD/FTP da Legatus, sendo uma atividade contínua que perpetua toda a instituição e seus negócios.

As atividades de gerenciamento de riscos de LD/FTP do Compliance, Risco e PLD/FTP são baseadas em análises de todas as informações que julgarem relevantes incluindo, quando apropriado, informações restritas ou mesmo confidenciais obtidas por meio de mecanismos internos, que possibilitem o referido acesso, assim como informações provenientes de linhas diretas de comunicação da instituição.

Análise e Abordagem de Risco de LD/FTP

O risco é a probabilidade de perda ou incerteza associada ao cumprimento de um objetivo. Para cada objetivo proposto deve ser feito um processo de identificação dos riscos. Sem um processo de identificação adequado as demais etapas da avaliação interna de risco serão falhas e/ou inadequadas. Deste modo, a identificação do risco de LD/FTP deve considerar:

- O que pode dar errado?
- Como e onde podemos falhar?
- O que deve dar certo?
- Onde somos vulneráveis?
- Quais informações são as mais importantes?
- Quais decisões requerem mais análise?
- Quais atividades são mais complexas?
- Quais são nossas maiores exposição ao risco legal?

Uma vez identificados os riscos, devemos avaliá-los, levando em conta os seguintes aspectos:

- qual a probabilidade (frequência) dos riscos ocorrerem?
- em caso de ocorrer, qual seria o impacto no negócio, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos?
- quais ações seriam necessárias para administrar os riscos identificados?

Os riscos de LD/FTP serão classificados em ALTO, MÉDIO ou BAIXO, considerando impacto, probabilidade e consequência.

A Abordagem Baseada em Risco trata-se de metodologia que prevê maior dedicação de recursos e esforços a eventos que acarretem maior potencial de dano com maior probabilidade de ocorrência.

É realizada seguindo as métricas e metodologias e os parâmetros de ponderação da Legatus e essa ação assegura que as medidas adotadas para prevenir ou mitigar possíveis ações de LD/FTP sejam proporcionais aos riscos identificados no processo de aceitação, monitoramento e manutenção dos relacionamentos com colaboradores, prestadores de serviços e contrapartes.

A abordagem baseada em risco da Legatus visa garantir que as medidas de prevenção e mitigação sejam proporcionais aos riscos identificados e asseguram o cumprimento da Resolução CVM nº 50/21, no qual:

- Elenca todos os produtos oferecidos, serviços prestados, respectivos canais de distribuição e ambientes de negociação e registro em que atuem, segmentando-os minimamente em baixo, médio e alto risco de LD/FTP; e
- Classifica os respectivos participantes relacionados e sua natureza jurídica, a sua atividade, a sua localização geográfica, os produtos, serviços, operações, em como outros parâmetros de risco adotados no relacionamento com os participantes relacionados, por grau de risco de LD/FTP, segmentando-os minimamente em baixo, médio e alto risco.

Para os riscos de LD/FTP inerentes ao processo de identificação do beneficiário final, são considerados as suas respectivas peculiaridades e características, assim como serão realizado o tratamento específico dentro da presente política de PLD/FTP e do processo periódico da avaliação interna de risco, tais como: pessoas expostas politicamente, bem como com seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas de que participem e organizações sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica.

A Legatus, em consonância com as melhores práticas de mercado e as recomendações do GAFI, adotará o processo de abordagem baseada em riscos para disponibilizar recursos e implementar medidas para prevenir a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. A Legatus

adotará o processo de pesquisa para identificação de contrapartes, do prestador de serviço contratado em nome do veículo de investimento, do prestador de serviço relevante para a instituição, dos funcionários e colaboradores da instituição, eventualmente associados à prática de Crimes de Terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Os critérios de classificação de riscos de PLD/FTP são realizados de acordo com a probabilidade e os impactos decorrentes variáveis utilizadas de análises realizadas, conforme definidas pela Legatus, são elas:

Cientes Pessoa Física

- Verificação de regularidade do CPF;
- Forma de captação do cliente;
- Classificação do cliente como PEP;
- Existência de mídias negativas relevantes;
- Presença em listas restritivas nacionais e ou internacionais;
- Localização geográfica;
- Compatibilidade de Renda e Patrimônio;
- Naturezas de Operações;
- Volumes transacionados e periodicidade;
- Relações com clientes que estejam localizados em países sancionados, paraísos fiscais ou os países com deficiências em sistemas de PLDFT, conforme lista do GAFI;
- Histórico com o cliente (quando existir).

Cliente Pessoa Jurídica:

- Verificação de regularidade do CNPJ e Inscrição em Junta Comercial ou equivalente;
- Verificação de regularidade do CPF dos sócios, pessoas autorizadas a representá-la e beneficiários finais;
- Verificação da estrutura organizacional da empresa;
- Identificação do beneficiário final;
- Classificação dos sócios, pessoas autorizadas a representá-la e beneficiários finais como PEP;
- Existência de mídias negativas relevantes relacionadas a empresa, aos sócios, representantes e beneficiários finais;
- Presença da empresa, sócios, representantes ou beneficiários finais em listas restritivas nacionais e ou internacionais;
- Forma de captação do cliente;

- Localização geográfica da matriz e filial (quando existir);
- Verificação de porte e tipo(s) de atividade(s), produtos e serviços;
- Faturamento e Patrimônio compatíveis com o porte e tipo de atividade;
- Naturezas de Operações;
- Volumes transacionados e periodicidade;
- Relações com clientes que estejam localizados em países sancionados, paraísos fiscais ou os países com deficiências em sistemas de PLD/FTP, conforme lista do GAFI;
- Histórico com o cliente (quando existir).

Novas Tecnologias, Produtos e Serviços oferecidos

- Aspectos relativos à natureza do mercado em que estejam inseridos;
- A análise de histórico de relacionamento e perfil de parcerias comerciais que operem o produto e/ou utilizem o serviço;
- A estrutura de controles internos associados ao acompanhamento de sua performance;
- A identificação das estruturas e colaboradores da instituição envolvidos com sua gestão;
- Custos e espaço de tempo para desenvolvimento do projeto;
- Estudos que contemplam a atratividade de mercado e verificação de oportunidades;
- Pontos fracos e fortes.

Colaboradores

- Inexistência de condenações judiciais relevantes;
- Verificação de regularidade do CPF;
- Classificação como PEP;
- Existência de mídias negativas relevantes;
- Presença em listas restritivas nacionais e ou internacionais (PEP, GAFI, CSNU e etc.).

Prestadores de Serviços (relevantes)

- Verificação de regularidade do CNPJ e Inscrição em Junta Comercial ou equivalente;
- Verificação de regularidade do CPF dos sócios, representantes e ou beneficiários finais;
- Identificação do Beneficiário Final até o nível de pessoa física;
- Inexistência de condenações judiciais relevantes;

- Forma de prospecção do prestador de serviços;
- Jurisdições envolvidas nas transações (países sancionados, paraísos fiscais ou os países com deficiências em sistemas de PLDFT, conforme lista do GAFI);
- Presença da empresa, sócios, representantes ou beneficiários finais em listas restritivas nacionais e ou internacionais (PEP, GAFI, CSNU e etc.);
- Classificação como PEP;
- Verificação de porte e tipo(s) de atividade(s);
- Faturamento e Patrimônio compatíveis com o porte e tipo de atividade, produtos e serviços ofertados, verificação de porte e tipo(s) de atividade(s);
- Portfólio de produtos e serviços oferecidos a outras instituições do mesmo ramo/porte;
- Verificações de mídias negativas relevantes;
- Política de PLD/FTP, a fim de verificar quais são seus processos e controles.

Prestadores de Serviços (contratado em nome do veículo de investimento)

- Verificação de regularidade do CNPJ e Inscrição em Junta Comercial ou equivalente;
- Verificação de regularidade do CPF dos sócios, representantes e ou beneficiários finais;
- Identificação do Beneficiário Final até o nível de pessoa física;
- Inexistência de condenações judiciais relevantes;
- Forma de prospecção do prestador de serviços;
- Jurisdições envolvidas nas transações (países sancionados, paraísos fiscais ou os países com deficiências em sistemas de PLDFT, conforme lista do GAFI);
- Presença da empresa, sócios, representantes ou beneficiários finais em listas restritivas nacionais e ou internacionais (PEP, GAFI, CSNU e etc.);
- Classificação como PEP;
- Verificação de porte e tipo(s) de atividade(s);
- Faturamento e Patrimônio compatíveis com o porte e tipo de atividade, produtos e serviços ofertados, verificação de porte e tipo(s) de atividade(s);
- Portfólio de produtos e serviços oferecidos a outras instituições do mesmo ramo/porte;

- Verificações de mídias negativas relevantes;
- Formulário de Referência (quando aplicável a categoria contratada);
- Due Diligence - ANBIMA (quando aplicável a categoria contratada);
- Políticas relacionadas na Resolução CVM nº 21/21 (quando aplicável a categoria contratada);
- Consulta CVM e ANBIMA cadastro de participantes (quando aplicável a categoria contratada);
- Política de PLD/FTP, a fim de verificar quais são seus processos e controles (quando aplicável a categoria contratada).

Contraparte

- Análise da pessoa física, pessoa jurídica ou entidade que figura na posição oposta à assumida pelo veículo de investimento, nas operações de (i) compra e venda de Ativos, (ii) empréstimos de Ativos ou (iii) outras operações em mercado de bolsa, balcão ou negociações privadas;
- Para os fundos FIP é realizada diligência previamente ao investimento na empresa objeto, de forma a identificar eventuais indícios de LD-FTP. Tal diligência pode se dar, por exemplo, pela contratação de empresa ou escritório especializado, pela análise da estrutura societária da empresa objeto, pela verificação de apontamentos em listas restritivas ou mídias negativas - seja em relação à própria empresa, como também aos seus principais sócios e administradores - ou ainda por outros meios que se mostrem adequados no caso concreto. Recomenda-se, ainda, especial atenção a estruturas em que a mesma parte ocupe diferentes pontas da operação, especialmente em situações em que tal parte tenha ingerência na decisão de investimento do FIP;
- Para FII é recomendável que as Instituições realizem diligência prévia especificamente voltada para fins de PLD/FTP, ou incluam nas diligências prévias costumeiramente realizadas, um capítulo específico sobre PLD/FTP, visando não apenas a identificar e conhecer a Contraparte, até o nível do Beneficiário Final, mas também fazer todas as verificações reputacionais necessárias e eventuais apontamentos em listas restritivas nacionais e internacionais da sociedade ou Ativo que se pretenda adquirir, tendo, ainda, especial atenção para a presença de terceiros não regulados, tais como consultores especializados;

- Para FIDC é recomendável que as Instituições mantenham procedimentos para verificação dos participantes da estrutura, incluindo cedentes e sacados, até a identificação do Beneficiário Final, sendo admitida a adoção de critérios proporcionais como, por exemplo, representatividade financeira expressiva ou concentração em um mesmo cedente e/ou sacado.
- Os critérios de Classificação de risco estão definidos no Anexo II, desta Política.

X- Procedimento de controles internos

O gerenciamento de compliance e riscos de LD/FTP deve necessariamente:

- Priorizar o acompanhamento dos produtos e serviços da instituição que sejam mais vulneráveis aos riscos de LD/FTP, customizando, sempre que necessário, regras, procedimentos e controles internos para o tratamento específico de um evento com maior probabilidade de dano;
- Assegurar a existência de um processo regular de revisão de todas as rotinas de avaliação e gerenciamento desses riscos, levando em consideração o ambiente em que a instituição atua;
- Verificar, antes da oferta de novos produtos ou serviços, ou mesmo da utilização de novas tecnologias, a existência de avaliações prévias e a respectiva propositura de controles adequados dos riscos de LD/FTP;
- Monitorar a atuação profissional de seus colaboradores, tendo em conta a relevância de suas atribuições para a execução de PLD/FTP; e
- Providenciar treinamento inicial e de reciclagem apropriados para todos os colaboradores.

Procedimento Conheça seu Cliente

No limite de suas atribuições, a Legatus realiza o processo Conheça seu Cliente para a atividade de distribuição de produtos de investimentos conforme procedimento descrito abaixo:

- **Objetivo de Conhecer o Cliente:** Estabelece as diretrizes e as regras que devem ser seguidos para adequada diligência na identificação e conhecimento dos clientes, incluindo procedimentos de análise de conhecimento da origem e destino

dos recursos movimentados, origem do patrimônio do cliente, monitoramento da compatibilidade das transações com o perfil do cliente, critério de classificação de risco para aceitação de clientes bem como monitoramento das transações, riscos de reputação, bem como a validação das informações cadastrais e critérios para sua renovação e a adequada identificação dos clientes que permita o monitoramento de suas operações.

- **Análise Reputacional de Clientes:** Para que a Legatus cumpra as obrigações normativas e códigos vigentes, ela utiliza o processo “Conheça seu Cliente” checando rigorosamente diretrizes de pesquisa na medida em que reúnem informações de fontes confiáveis e idôneas - tais como lista de observação, registros de governos e pesquisas na mídia etc. Levando em consideração a existência do processo de prevenção a lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP) na análise do cliente. A Legatus não aceitará cliente tenha qualquer envolvimento com suborno ou corrupção e demais parâmetros verificados e considerados com ilícitos e graves conforme o processo de “Conheça seu Cliente”.
- **Descrição dos Procedimentos Operacionais:** O cadastro inicial de clientes deverá ser formalizado junto à área de Cadastro e aprovado antes da primeira aplicação, com os documentos e informações necessárias ao de acordo com o Anexo B da Resolução CVM nº 50/21. Com o objetivo de obter uma adequada identificação dos clientes, são solicitadas as informações relacionadas conforme anexo vi desta política.
- **Definição de Critérios para Classificação do Cliente:** O processo de aceitação, monitoramento, manutenção e avaliação de clientes são realizados de acordo com a abordagem baseada em risco. As análises de Compliance são baseados no risco da relação de negócio, e visam a identificação, avaliação e o tratamento do risco reputacional e outros que envolvem a PLD/FTP. A qualificação do nível de risco considera entre outros fatores:
 - ⇒ Informações cadastrais e financeiras, sendo verificada a profissão e a atividade da empresa;
 - ⇒ Informações de geolocalização, incluindo o endereço completo, que considera se a cidade do cliente é cidade de

fronteira ou se o país está na lista de países com restrição pelo GAFI;

- ⇒ Envolvimento do cliente em mídias negativas, listas sancionadoras;
- ⇒ Envolvimento do cliente em processos criminais, administrativos e outros.

Caso haja enquadramento de clientes em um dos critérios acima estabelecidos, a avaliação do início da relação de negócio, ou da manutenção do relacionamento, deverá ser realizada pelo Compliance. Após aplicação de todos os critérios acima descritos, o cliente é classificado quanto ao seu grau de risco.

- **Monitoramento de Transações:** O procedimento de monitoramento de transações visa identificar, monitorar e tratar os riscos de LD/FTP entre outros riscos reputacionais, além de atender as exigências legais e regulatórias, além de promover a orientação no processo de análises dos alertas de PLD/FTP. Os critérios de monitoramento de transações consideram os parâmetros estabelecidos:
 - ⇒ Compatibilidade das transações com a situação patrimonial;
 - ⇒ Ocupação profissional;
 - ⇒ Oscilação comportamental em relação ao volume, frequência e modalidade;
 - ⇒ Identificação dos beneficiários finais das operações;
 - ⇒ Transferências e/ou pagamentos a terceiros;
 - ⇒ Pessoas Politicamente Expostas em sua totalidade;
 - ⇒ Procuradores/Representantes legais.
- **Bloqueio ou Término de Relacionamento:** Qualquer identificação de indícios de lavagem de dinheiro, corrupção e financiamento ao terrorismo, podem deliberar pelo bloqueio da conta do cliente ou o término do relacionamento, tal decisão competirá ao Diretor de Compliance.
- **Bloqueio de Ativo:** Caso algum cliente pessoa física, pessoa jurídica ou beneficiária final esteja registrado em alguma lista de sanção, deverá ser realizado de imediato o bloqueio dos ativos, bem como a realização da comunicação do fato ao COAF e à CVM -

Comissão de Valores Mobiliários. A análise e decisão de comunicação ou não ao COAF é de responsabilidade do Diretor de Compliance.

- **Atualização Cadastral e Recadastramento:** O cadastro dos clientes da Legatus, devem ser revisados em período não superior a 5 (cinco) anos, respeitando a periodicidade de atualização definida em sua avaliação interna de risco, conforme Resolução CVM nº 50/21. No procedimento de atualização, todas as informações declaradas pelo cliente serão validadas. Os documentos comprobatórios complementares seguirão as regras das regulamentações vigentes aplicáveis. No prazo previsto, é enviado automaticamente um e-mail para o cliente informando a necessidade da atualização cadastral, caso não ocorra no prazo estipulado pelo Compliance, o cliente não poderá realizar movimentações até que seja realizada a regularização das pendências cadastrais.
- **Arquivamento:** A documentação de cadastro dos clientes, serão mantidos sob salvaguarda (física e/ou eletrônica) por, no mínimo, 5 (cinco) anos contatos da data da última operação do cliente, podendo o respectivo prazo ser estendido, indefinidamente.

Identificação Beneficiário Final

A Legatus adota medidas e procedimentos de diligência voltadas para identificar os beneficiários finais das contrapartes, dos prestadores de serviços relevantes da Legatus, dos prestadores de serviços contratados em nome veículos de investimentos nas situações previstas na regulação em vigor.

Deste modo, a Legatus realizará a identificação de beneficiário final de:

- I. Contraparte - pessoa jurídica com valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação;
- II. Fundos de investimento registrados na Comissão de Valores Mobiliários - identificação completa do seu administrador fiduciário
- III. Prestador de Serviço (relevante para a instituição) - pessoa jurídica que pela importância ou natureza dos serviços prestados possa ser considerado prestador de serviço relevante para a obtenção dos serviços da instituição;

- IV.** Prestador de Serviço contratado do veículo de investimento – pessoa jurídica que pela importância ou natureza dos serviços prestados possa ser considerado prestador de serviço relevante para obtenção dos serviços contratados em nome do veículo de investimentos.

Será contemplado a análise de listas reputacionais e sancionadoras, lista PEP SISCOAF, mídias negativas, países sensíveis e partes sensíveis do ponto de vista de risco de LD/FTP.

A impossibilidade ou dificuldade de identificação do Beneficiário Final, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, residente ou não residente, deverá estar documentada, evidenciando-se as diligências adotadas pelas Legatus, no limite de suas atribuições. A dificuldade, impossibilidade ou não conhecimento do Beneficiário Final estará sempre estar pautado em evidências de que foram conduzidas as devidas diligências visando a esse fim. O não conhecimento do Beneficiário Final não é, por si só, elemento suficiente para o envio de uma comunicação atípica ao COAF, devendo a Instituição se atentar para as medidas suplementares requeridas pela Resolução CVM nº 50/21.

Pessoa Exposta Politicamente – PEP

No início da estruturação do fundo de investimento, momento no qual é definido os ativos que irão compor a carteira inicial do fundo de investimento sob gestão da Legatus ou novo ativo que irá compor carteira de um fundo operacional, a Legatus realiza a verificação se algum dos envolvidos pessoas físicas (beneficiário final, procuradores, prepostos e representantes legais), consta na listagem PEP disponibilizada pelo Siscoaf.

Caso a verificação seja positiva, a contraparte com pessoa física PEP vinculada, terá monitoramento reforçado realizado pelo Compliance. Ainda, as contrapartes identificadas com PEPs vinculados, deverão obter autorização do Compliance para a realização da operação.

Ainda, contrapartes com PEPs vinculados serão considerados como de alto risco, o que configura num aumento diretamente proporcional de diligência a ser realizada pelo Compliance.

O mesmo procedimento de verificação PEP é realizado para representantes legais, procuradores, prepostos e beneficiário final de prestador de serviço.

Listas Restritivas e Sancionadoras

A Legatus adota processo de identificação de colaboradores, contrapartes e prestador de serviços em listas restritivas ou sancionadoras no início do relacionamento, em novas negociações realizadas com a mesma contraparte e durante a varredura da base, conforme periodicidade estipulada na classificação de risco.

Caso a pessoa física analisada seja identificada pela similaridade do nome, o Compliance aplicará diligências necessárias para identificar se de fato consta na lista ou se trata de um homônimo.

A análise de listas restritivas e sancionadoras estão parametrizadas no sistema da Legatus, contemplando as seguintes listagens:

- Trabalho Escravo - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) - Controladoria-Geral da União (CGU);
- Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) - CGU;
- Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF) - CGU;
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) – CGU;
- TCU – Tribunal de Contas da União;
- CVM (Processos Sancionadores Julgados; Autuações Irregulares - Deliberações; Termos de Compromisso e Penalidades Temporárias);
- Quadro Geral de Inabilitados do Banco Central do Brasil (QGI), divulgado pelo BCB;
- IBAMA - Autuações Ambientais e Embargos;
- OFAC (Office of Foreign Assets Control - Specially Designated Nationals and Blocked Persons List);
- ONU – Contempla informações sobre membros da Al-Qaida;
- União Europeia – European Union Consolidated List;
- INTERPOL – International Criminal Police Organization;
- Lista do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) - Consolidated United Nations Security Council Sanctions List;
- Lista de Terrorismo do FBI - Terrorism - Most Wanted.

O Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP tem autonomia para não aceitar o colaborador, contraparte e prestador de serviço se identificado em alguma lista restritiva ou sancionadora.

Se a pessoa física ou pessoa jurídica integra alguma lista de sanções ou restrições e está classificada por organismos internacionais, em especial o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, ou integra alguma lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU, se possui órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da Organização Internacional das Comissões de Valores – OICV/IOSCO.

O Compliance, Risco e PLD/FTP deve comunicar imediatamente, e sem aviso prévio aos sancionados, as medidas estabelecidas nas resoluções sancionatórias do CSNU, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a CVM e COAF; a indisponibilidade de ativos, de quaisquer valores, de titularidade, direta ou indireta, de pessoas naturais, de pessoas jurídicas ou de entidades, nos termos da Lei nº 13.810/19, sem prejuízo do dever de cumprir determinações judiciais de indisponibilidade também previstas na referida lei.

Procedimento Conheça seu Colaborador

A Legatus adota procedimentos, desde a contratação dos colaboradores, que garantam aderência aos padrões de ética e conduta para identificar eventual envolvimento em atividades ilícitas ou de lavagem de dinheiro (LD/FTP). Como também, acompanha as atividades e comportamento de seus colaboradores visando a identificação de mudanças repentinas no padrão econômico de seus colaboradores, alterações no resultado operacional de sua área, entre outros.

O Compliance, Risco e PLD/FTP é o responsável pelo processo de Conheça seu Colaborador, sendo de inteira responsabilidade verificar todas as informações fornecidas bem como identificar situação que

possam causar conflitos de interesses e/ou prejudicar de qualquer forma a Legatus.

O Compliance, Risco e PLD/FTP é responsável pelo acompanhamento da situação econômico-financeira dos colaboradores, porém limitando apenas à verificação de operações e transações internas.

Ainda, o Compliance, Risco e PLD/FTP poderá realizar pesquisas esporádicas dos funcionários em base de informações públicas e privadas.

Prestadores de Serviços Relevantes para a Instituição

A Legatus realiza procedimento específico para conhecer seu Prestadores de serviços relevantes. É imprescindível que o departamento contratante esteja munido de informações a respeito de seu prestador de serviço relevante. Além disso, o Compliance, Risco e PLD/FTP poderá encaminhar quando aplicável a categoria um questionário específico que contém questões relacionadas a atuação da empresa e projetos realizados e serão efetuadas consultas em base de dados reputacionais e sancionadoras para a verificação da integridade do contratado.

O procedimento adotado pela Legatus para aceite do Prestador de Serviço Relevante, direciona-se a:

- Coletar e avaliar dados acerca do prestador de serviço relevante, tais como: documentos de identificação da empresa e seus representantes (beneficiário final), área geográfica, exposição na mídia, se o representante está enquadrado em algum requisito como PEP ou consta em listas restritivas/sancionadora, cumprimento das leis trabalhistas e adoção de práticas socioambientais, se os setores de mercado em que atua está ativo representam risco de LD/FTP;
- Avaliar o score de risco que envolve o contrato, se necessário, realizar diligência complementar para os prestadores de serviço relevante que representam maior risco para a Legatus;
- Armazenar e atualizar informações relativas aos prestadores de serviços relevantes com o propósito de rever a categoria de classificação de risco, quando houver alterações ou surgimento de uma situação suspeita.

Prestadores de Serviços Contratado em nome do veículo de investimento

A Legatus realiza procedimento específico para conhecer seu Prestadores de serviços contratados em nome do veículo de investimento. A Compliance, Risco e PLD/FTP poderá encaminhar questionário específico de acordo com a categoria do prestador de serviço que contenham questões relacionadas a atuação da empresa, a melhores práticas e projetos realizados, serão efetuadas consultas em base de dados reputacionais e sancionadoras para a verificação da integridade do contratado.

O procedimento adotado pela Legatus para aceite do Prestador de serviço contratado em nome do veículo de investimento, direciona-se a:

- Coletar e avaliar dados acerca do prestador de serviço a ser contratado em nome do veículo de investimento, tais como: documentos de identificação da empresa e seus representantes (beneficiário final), área geográfica, exposição na mídia, se o representante está enquadrado em algum requisito como PEP ou consta em listas restritivas/sancionadora, cumprimento das leis trabalhistas e adoção de práticas socioambientais, se os setores de mercado em que atua está ativo representam risco de LD/FTP;
- Avaliar o escore de risco que envolve o contrato, se necessário, realizar diligência complementar para os prestadores de serviço a serem contratado em nome do veículo de investimento que representam maior risco para a Legatus;
- Armazenar e atualizar informações relativas aos prestadores de serviços contratados em nome dos veículos de investimentos com o propósito de rever a categoria de classificação de risco, quando houver alterações ou surgimento de uma situação suspeita.

Conheça sua Contraparte

A Legatus identificará a contraparte das operações realizadas em nome dos fundos de investimentos sob gestão por meio da análise de documentos, informações ou dados confiáveis de fontes independentes e manterá arquivado em meio digital na rede corporativa, de forma que permita a consulta e/ou conferência a qualquer momento pelo Compliance, Risco e PLD/FTP.

No caso de fundos de investimentos investidos registrados na Comissão de Valores Mobiliários, será realizada a identificação completa do seu administrador fiduciário.

Nos casos de Contraparte Pessoa Jurídica:

- ✓ Denominação ou nome empresarial;
- ✓ Nomes e CPF/MF de seus administradores;
- ✓ Inscrição no CNPJ;
- ✓ Endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP);
- ✓ Número de telefone;
- ✓ Endereço eletrônico para correspondência (e-mail);
- ✓ Datas das atualizações do cadastro.

Avaliação de novos produtos e serviços

A Legatus adotará procedimentos para avaliação de novos produtos e serviços considerando a suscetibilidade à prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP). Produtos e Serviços desconhecidos do mercado e de difícil complexidade deverá ser aprovado pela Diretoria.

XI- Monitoramento

Para fins do disposto no inciso I do art. 11, da Lei nº 9.613/98, a Legatus, no limite de suas atribuições, monitora continuamente as operações e situações, com intuito de identificar atipicidades que podem caracterizar indícios de LD/FTP. Para tanto, o monitoramento é contínuo de acordo com a periodicidade definida na avaliação interna de risco, pautado na detecção, análise e conclusão com relato fundamentado da decisão de efetuar, ou não, a comunicação ao COAF.

Não cabe a Legatus afirmar se a atipicidade identificada é ou não lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, essa responsabilidade é do COAF.

A Legatus apenas deve comunicar a situação atípica analisada com base na informação mínima determinada nesta Política.

A Legatus observa as atipicidades, que podem, após detecção e respectiva análise, configurar indícios de LD/FTP, de acordo com o disposto anexo III, desta Política.

Monitoramento de Mídias Negativas

Caberá ao Compliance, Risco e PLD/FTP o monitoramento de mídias para identificar a incidência de informações desabonadoras que possam impactar negativamente a imagem da Legatus. Caso identificada a existência de mídias negativas, de acordo com a gravidade da matéria, o Compliance, Risco e PLD/FTP terá autonomia para recusar o colaborador, contraparte e prestador de serviço relevante e contratado em nome do veículo de investimento.

Monitoramento Reforçado

Será dispensado monitoramento reforçado, com maior periodicidade e criticidade de análise, independentemente de sua classificação de risco, quando for identificada qualquer situação atípica.

Ainda, será dispensado monitoramento reforçado, independente da classificação de risco, quando houver identificado como PEP.

No entanto, se no monitoramento for identificado que consta nas listas sancionadoras do CSNU, que determinam a indisponibilidade de ativos, de quaisquer valores, de titularidade, direta ou indireta, de pessoas naturais, de pessoas jurídicas ou de entidades, nos termos da Lei nº 13.810/9, sem prejuízo do dever de cumprir determinações judiciais de indisponibilidade também previstas na referida lei.

A Legatus irá informar, sem demora, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública MJSP) e à CVM, a existência de pessoas e/ou ativos sujeitos às determinações de indisponibilidade descritas acima dando imediato cumprimento, justificando as razões para tanto. Como também, fará a comunicação ao COAF com a devida documentação fundamentada.

Procedimento de Análise de Situação Atípica

Quando no monitoramento contínuo realizado pela Legatus é identificada uma possível situação atípica com indícios LD/FTP, o Compliance realiza análise tempestiva pautada nas informações necessárias, de acordo com os parâmetros estabelecidos nesta Política e avaliação interna de risco de LD/FTP.

Caso julgue pertinente, a Legatus irá estabelecer procedimento de intercâmbio de informações com o Compliance do Administrador Fiduciário e/ou Distribuidor do fundo de investimento sob sua gestão, para que possa obter informações adicionais, respeitando o sigilo e restrição de acesso previstos na legislação, para melhor fundamentar a análise da situação atípica.

A conclusão da análise é apresentada ao Diretor de PLD/FTP, contendo no mínimo as informações conforme definidas nesta política, para avaliação e definição se é uma situação passível de comunicação, ou não, ao COAF.

Comunicação de Situações Atípicas

Quando houver dúvida, indício ou certeza de que qualquer situação desviou do seu objetivo ou que o conjunto de informações constitui ou está relacionado à lavagem de dinheiro ou ao financiamento de terrorismo, o colaborador deverá comunicar imediatamente ao Diretor de Compliance, Risco e PLDFT.

Todos os colaboradores e terceiros têm obrigação de reportar qualquer situação que possa relacionar com atividades e situações incomuns.

Será dado o sigilo necessário da informação, não acarretando qualquer responsabilidade civil ou administrativa para o colaborador ou terceiro, desde que a comunicação seja feita de boa-fé, conforme previsto no artigo 11, § 2º, da Lei 9.613/98.

O colaborador ou terceiro não deve dar ciência de tal suspeita a qualquer pessoa, inclusive aquela à qual se refira a informação. Caso esse direcionamento seja descumprido, será exposto as medidas disciplinadoras a serem impostas pelo Diretor Compliance, Risco e PLD/FTP.

A comunicação deve, minimamente, conter:

- I. Data do início de relacionamento do comunicante com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação;
- II. Explicação fundamentada dos sinais de alerta identificados;
- III. Descrição e o detalhamento das características das operações realizadas;
- IV. Qualificação, ou não, dos envolvidos como PEP e detalhamento do comportamento da pessoa comunicada, por meio das diligências que qualifiquem os envolvidos;

- V. Conclusão da análise, incluindo o relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como uma situação suspeita a ser comunicada ao COAF.

Prazo para comunicação

A comunicação da situação atípica identificada, deve ser efetuada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da conclusão da análise que caracterizou a atipicidade da operação ou situação atípica detectada, como uma suspeita a ser comunicada ao COAF.

Registro da Ocorrência e Arquivo da Documentação

A documentação e as informações que amparam a tomada de decisão de efetuar ou não as comunicações são formalizadas com a devida aprovação do Diretor de PLD/FTP, responsável pela Resolução CVM 50/21. O dossiê com a documentação e análises que amparam a decisão de comunicar ou não o COAF, conterà no mínimo, as informações estipuladas nesta Política e serão mantidas a disposição da CVM por período mínimo de 5 (cinco) anos.

XII- Declaração negativa CVM

Caso a Legatus não tenha efetuado comunicação ao COAF sobre situações atípicas ou passíveis de comunicação em cada ano civil, regulamentadas pela CVM, deverá prestar a declaração até o último dia útil do mês de abril, por meio do SISCOAF, atestando a não ocorrência no ano civil anterior de situações passíveis de comunicação, conforme artigo 23 da Resolução CVM nº 50/21.

XIII- Confidencialidade das informações

Todas as informações sobre avaliações de contrapartes, produtos, colaboradores e prestador de serviço relevante e contratado em nome do veículo de investimento, deverão ser mantidas sob extremo sigilo. O Compliance, Risco e PLD/FTP poderá contatar a parte analisada ou delegar essa função para entender seu modelo de operações e/ou estratégias, mas nunca deverá fornecer informações de que será comunicado aos órgãos reguladores, por exemplo.

Nenhum colaborador poderá expor a classificação do risco estipulada pelo Compliance PLD/FTP a nenhuma parte analisada. Caso tal ação seja descumprida, será exposto a medidas disciplinadoras.

XIV- Treinamento

A Legatus mantém programa de treinamento inicial e contínuo para seus Colaboradores destinado a divulgar os preceitos elencados nesta Política, assim como as regras, governanças, controles internos e indícios de lavagem de dinheiro.

Serão realizados treinamentos periódicos aos Colaboradores, que deverão ocorrer a cada 24 (vinte e quatro) meses ou em prazos inferiores, em caso de mudança na regulatória e de estrutura da Legatus, sobre o cumprimento das regras constantes da Política de Prevenção e Lavagem de Dinheiro, Financiamento ao Terrorismo e ao Financiamento e Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP.

XV- Relatório PLD/FTP

O Compliance, Risco e PLD/FTP efetuará, esporadicamente, testes de controle para verificar a efetividade dos processos com intuito de assegurar que a mitigação e controle do risco de LD/FTP. Anualmente, o Diretor de Compliance, Risco e PLD/FTP emitirá relatório contendo a avaliação interna de risco de LD/FTP, a ser encaminhado a Diretoria da Legatus até o último dia útil do mês de abril do ano calendário seguinte, contendo as seguintes informações:

- Serviços prestados, classificando em risco de LD/FTP em baixo, médio ou alto;
- Identificação e análise das situações de risco de LD/FTP, considerando impacto, probabilidade e consequência;
- Tabela relativa ao ano anterior, contendo:
 - a) Número consolidado de situações atípicas detectadas, segregadas por cada hipótese;
 - b) Número de análises realizadas;

- c) Número de comunicações de operações suspeitas reportadas ao COAF;
- d) Data do reporte da declaração negativa, se aplicável.
- Medidas adotadas para tratamento e mitigação dos riscos de LD/FTP identificados, os parâmetros utilizados na avaliação interna de risco, detalhando as diretrizes que fundamentam a abordagem baseada em risco adotada e procedimento de monitoramento contínuo de prestadores de serviços relevantes;
- Apresentação de indicadores de efetividade, incluindo a tempestividade acerca das atividades de detecção, análise e comunicação de situações atípicas;
- Apresentação, se for o caso, de recomendações visando mitigar os riscos de LD/FTP identificados no exercício anterior que ainda não foram devidamente tratados, contendo:
 - a) Possíveis alterações que possam impactar as diretrizes previstas nesta Política.
- A necessidade, se for o caso, de aprimoramento das regras, procedimentos e controles internos, com a definição de plano de ação e cronograma para sanar as deficiências identificadas;
- Indicação da efetividade das recomendações adotadas em relação ao relatório do ano anterior, com individualizado dos resultados.

O Relatório elaborado ficará à disposição da CVM, e se for o caso, para outra entidade autorreguladora, na sede da instituição.

XVI- Nomeação ou substituição do Diretor de PLD/FTP

A nomeação ou a substituição do Diretor estatutário responsável por PLD/FTP nos termos do artigo 8º da Instrução Resolução CVM nº 50/21, deve ser informada à CVM e ANBIMA, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados da data de sua nomeação.

Na hipótese de impedimento do Diretor de PLD/FTP assumir as responsabilidades estabelecidas ao cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias, o substituto deve assumir a referida responsabilidade, devendo a

CVM ser comunicada no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da sua ocorrência.

A função de Diretor de PLD/FTP pode ser desempenhada em conjunto com outras funções na Legatus, desde que não impliquem possíveis conflitos de interesses, principalmente com as áreas de negócios da instituição.

XVII- Manutenção dos arquivos

A Legatus manterá armazenado todos os arquivos eletronicamente, pertinentes ao processo de PLD/FTP desta política por período mínimo de 5 (cinco) anos, conforme legislação vigente.

XVIII- Exceções

Situações que não se encaixem ou estejam em desacordo de qualquer maneira com esta Política, deverão ser submetidas ao Compliance, Risco e PLD/FTP, que analisará as circunstâncias e fundamentos e deliberará em conjunto com a Diretoria a aprovação para tal exceção.

**ANEXO I - Definição de Pessoas Expostas Politicamente (PEP) de
que trata o art. 5º, inciso I da Resolução CVM nº 50/21**

Para efeitos do disposto estabelecidos nesta Resolução, considera-se pessoas expostas politicamente (PEP):

- I. Detentores de mandatos eletivos dos poderes executivo e legislativo da União;
- II. Ocupantes de cargo, no poder executivo da União, de:
 - a) Ministro de Estado ou equiparado;
 - b) natureza especial ou equivalente;
 - c) presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta;
 - d) grupo direção e assessoramento superior – DAS, nível 6, ou equivalente.
- III. Membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais;
- IV. Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
- V. Membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;
- VI. Presidentes e tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;
- VII. Governadores e secretários de Estado e do Distrito Federal, os deputados estaduais e distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalente de Estado e do Distrito Federal;
- VIII. Prefeitos, vereadores, presidentes de tribunais de contas ou equivalente dos municípios.

Também são consideradas pessoas expostas politicamente aquelas que, no exterior, sejam:

- I. Chefes de estado ou de governo;
- II. Políticos de escalões superiores;
- III. Ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;
- IV. Oficiais gerais e membros de escalões superiores do poder judiciário;
- V. Executivos de escalões superiores de empresas públicas;
- VI. Dirigentes de partidos políticos;
- VII. Dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

Ainda, são considerados PEP:

- I. Familiares: os parentes, na linha direta, até o segundo grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada; e
- II. Estreitos colaboradores:
 - a) Pessoas naturais que são conhecidas por terem sociedade ou propriedade conjunta em pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, que figurem como mandatárias, ainda que por instrumento particular, ou possuam qualquer outro tipo de estreita relação de conhecimento público com uma pessoa exposta politicamente;

Pessoas naturais que têm o controle de pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, conhecidos por terem sido criados para o benefício de uma pessoa exposta politicamente.

ANEXO II - Critérios para Classificação de Risco em PLD/FTP

A Legatus adota a metodologia de supervisão baseada em risco. Os critérios de classificação de riscos de PLD/FTP, estão parametrizados no sistema da Legatus. Os parâmetros foram cadastrados no sistema de acordo com a análise realizada, conforme tabelas abaixo:

Para os Clientes (Distribuição de Produtos de Investimento):

Critério	Baixo	Médio	Alto
1 - Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Beneficiário Final	Não apresentam qualquer restrição externa ou interna	Não apresentam qualquer restrição externa ou interna	Apresentam alguma restrição externa ou interna
	Apresentem baixo risco de utilização para a lavagem de dinheiro ou para financiamento ao terrorismo, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e os instrumentos utilizados ou o fundamento econômico ou legal.	Apresentem Médio risco de utilização para a lavagem de dinheiro ou para financiamento ao terrorismo, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e os instrumentos utilizados ou o fundamento econômico ou legal.	Apresentem alto risco de utilização para a lavagem de dinheiro ou para o financiamento ao terrorismo, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e os instrumentos utilizados ou o fundamento econômico ou legal
	O risco da sua realização considerando os impactos financeiro, jurídico,	O risco da sua realização considerando os impactos financeiro, jurídico,	O risco da sua realização considerando os impactos financeiro, jurídico,

	reputacional socioambiental seja baixo	reputacional socioambiental seja médio	reputacional socioambiental seja alto
2 - Identificação de ressalvas no processo de busca reputacional	N/A	Mídia negativa ou processos relevantes a mais de 5 (cinco) anos, posição concluída	Mídia negativa recente ou processos relevantes em aberto.
3 - Existência de Pessoas Politicamente Exposta como relacionado ao Cliente	N/A	N/A	Todos
4 - Existência de Pessoas em listas da CNSU, Países com restrições do GAFI	N/A	N/A	Todos
5 - Detecção de indícios de crime (Carta Circular 4.001)	N/A	N/A	Todos
6 - Atualização e verificação de dados de cliente quanto a regularidade dos documentos e da ficha cadastral	Sem pendência	N/A	Totalmente Irregular
7 - Capacidade financeira do cliente	N/A	Declarada, mas não enviado a evidência documental	Sem nenhuma comprovação ou informação
8 - Canais	Visitou a empresa,	Contato somente por meios	Majoritariamente através de procurador

	Reunião Presencial, relacionamento pessoal	eletrônicos (telefone, internet etc.)	
9 - Localização Geográfica	N/A	N/A	Região de Fronteira, Paraíso Fiscal e assemelhados, empresas no exterior
10 - Clientes de Alto Risco	N/A	N/A	Todos
11 - Atividades de Clientes que necessitarão de autorização Prévia para operar	N/A	N/A	Todos

Periodicidade de validação para clientes:

Para Atualização Cadastral:

- Risco Baixo: em até 04 (quatro) anos.
- Risco Médio: em até 02 (dois) anos.
- Risco Alto: Anualmente.

Obs.: O Compliance, Risco e PLD/FTP poderá solicitar a atualização cadastral em um período menor, caso identificado alguma atipicidade.

Para Prestadores de Serviços Relevantes e Prestadores de Serviços Contratados em nome dos veículos de investimentos

Critério	Baixo	Médio	Alto
1 - Beneficiário Final Pessoa Física, Pessoa Jurídica e	Não apresentam qualquer restrição externa ou interna	Não apresentam qualquer restrição externa ou interna	Apresentam alguma restrição externa ou interna
	Apresentem baixo risco de utilização para	Apresentem Médio risco de utilização para	Apresentem alto risco de utilização para a

	<p>a lavagem de dinheiro ou para financiamento ao terrorismo, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e os instrumentos utilizados ou o fundamento econômico ou legal.</p>	<p>a lavagem de dinheiro ou para financiamento ao terrorismo, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e os instrumentos utilizados ou o fundamento econômico ou legal.</p>	<p>lavagem de dinheiro ou para o financiamento ao terrorismo, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização e os instrumentos utilizados ou o fundamento econômico ou legal</p>
	<p>O risco da sua realização considerando os impactos financeiro, jurídico, reputacional socioambiental seja baixo</p>	<p>O risco da sua realização considerando os impactos financeiro, jurídico, reputacional socioambiental seja médio</p>	<p>O risco da sua realização considerando os impactos financeiro, jurídico, reputacional socioambiental seja alto</p>
<p>2 - Identificação de ressalvas no processo de busca reputacional</p>	<p>N/A</p>	<p>Mídia negativa ou processos relevantes a mais de 5 (cinco) anos, posição concluída</p>	<p>Mídia negativa recente ou processos relevantes em aberto.</p>
<p>3 - Existência de Pessoas Politicamente Exposta, conforme definição da</p>	<p>N/A</p>	<p>N/A</p>	<p>Todos</p>

Res. CVM nº 50/21			
4 - Existência de Pessoas em listas da CNSU, Países com restrições do GAFI	N/A	N/A	Todos
5 - Canais	Visitou a empresa, Reunião Presencial, relacionamento pessoal	Contato somente por meios eletrônicos (telefone, internet etc.)	Majoritariamente através de procurador
6 - Localização Geográfica	N/A	N/A	Região de Fronteira, Paraíso Fiscal e assemelhados, empresas no exterior
7 - Criticidade atividade desempenhada	Todos os Prestadores de Serviços exceto de médio e alto risco	Distribuidores, Consultorias de crédito ou semelhantes	Factoring, Trust ou ONG, ou a critério do Compliance
8 - Existência de potenciais conflitos de interesse;	Documentos apresentados são satisfatórios	Documentos apresentados não são satisfatórios	Não apresentou documentos
9 - Existência de Pessoas Politicamente Exposta como Beneficiário final ou principais executivos	N/A	N/A	Todos
10 - Identificação de ressalvas no processo de	N/A	Mídia negativa ou processos relevantes a mais de 5	Mídia negativa recente ou processos

busca reputacional		anos, posição concluída	relevantes em aberto
-----------------------	--	----------------------------	-------------------------

Periodicidade de validação para Prestadores de Serviços:

Frequência da realização da Pesquisa Reputacional e Sancionadora:

- Risco Baixo: em até 04 (quatro) anos.
- Risco Médio: em até 02 (dois) anos.
- Risco Alto: Anualmente.

Obs.: O Compliance, Risco e PLD/FTP poderá realizar em períodos menores, caso identificado alguma atipicidade.

Para os Funcionários e Colaboradores:

Critério	Baixo	Médio	Alto
1 - Criticidade da atividade desempenhada	Todos, exceto os especificados como médio e alto riscos	Funcionários da área de compras, financeiro	Funcionários da área de comercial e/ou negociação
2 - Existências de potenciais conflitos de interesse com clientes ou Prestadores de Serviço relevantes	N/A	Clientes	Prestadores de Serviço
3 - Existência de Pessoas Politicamente Exposta como relacionado ao Colaborador	N/A	N/A	Todos
4 - Identificação de ressalvas no processo de busca reputacional	N/A	Mídia negativa ou processos relevantes a mais de 5 (cinco) anos, posição concluída	Mídia negativa recente ou processos relevantes em aberto.

Periodicidade de validação para Colaboradores:

Frequência da realização da Pesquisa Reputacional e Sancionadora:

- Risco Baixo: em até 04 (quatro) anos.
- Risco Médio: em até 02 (dois) anos.
- Risco Alto: Anualmente.

Obs.: O Compliance, Risco e PLD/FTP poderá realizar em períodos menores, caso identificado alguma atipicidade.

Operações e Contrapartes (Para Legatus na categoria Gestora de Recursos)

O nível de risco dos Fundos é definido de acordo com o tipo de fundo, público-alvo, a forma de captação e distribuição, o serviço de administração fiduciária, assim como os ambientes de negociação utilizados pela Legatus conforme apresentado na tabela a seguir:

RISCO LD/FT	TIPO DE FUNDO	(Distribuidor, Adm. Fiduciário e Intermediários)	AMBIENTES DE NEGOCIAÇÃO E REGISTRO
ALTO	* Exclusivo / público restrito ou reservado *Carteira Administrada * Fundos de Criptoativos	* Intermediário indireto *Custodiante com deficiência de segurança da chave privada e sem auditorias regulares	*Operações em mercado de balcão não organizado, incluindo distribuição privada ou em mercados estrangeiros *Indício de ocultação do beneficiário final apontadas nos processos de Due Diligence das contrapartes/emissore
		* Função acumulada de Distribuidor e	

		Administrador Fiduciário (classificação de risco do Terceiro)	s dos ativos *Contraparte instituição financeira de alto risco
		* Due Diligence do Terceiro ter verificado ausência ou fragilidades na Política de PLDFT.	*Exchange sem regulação específica e auditorias regulares.
	* Estrutura do (FIP, FIDC, FII)	*Distribuição por meios eletrônicos	
		*Diversos Distribuidores (classificação de risco do Terceiro)	
MÉDIO	* Sem restrição de Investidor	* Intermediário indireto	Operações registradas em mercado de balcão organizado e/ou sistemas de registro estrangeiros apontadas nos processos de Due Diligence das contrapartes/emissores dos ativos *Contraparte instituição financeira
		* Política própria de PLD/FTP, com a necessidade de adequações pela Gestora	
	* Condo mínio aberto	*Poucos Distribuidores	
		* Distribuição	

	* Varejo	por meios eletrônicos e não eletrônicos	de médio risco
BAIXO	* Sem restrição de Investidor	*Intermediário Direto *Política própria de PLD/FTP e aderente às normas e requisitos mínimos da Gestora	Operações registradas em mercado de bolsa e balcão organizado sem o conhecimento da contraparte *Contraparte instituição financeira de baixo risco

As operações serão supervisionadas de acordo com sua classificação por grau de risco, na seguinte frequência:

- Baixo Risco: Será dispensado o monitoramento;
- Médio Risco: 1 (uma) em cada 5 (cinco) operações; e
- Alto Risco: todas as operações.

Obs.: O Compliance, Risco e PLD/FTP poderá realizar em períodos menores, caso identificado alguma atipicidade.

**ANEXO III - Diretrizes de Monitoramento – Resolução CVM nº
50/21, Capítulo V, Art. 20**

Podem, após detecção e respectiva análise, configurar indícios de LD/FTP:

1. Situações relacionadas com operações cursadas no mercado de valores mobiliários, tais como:

a) Realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos envolvidos;

b) Que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer das partes envolvidas;

c) Cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos envolvidos e beneficiários respectivos;

d) Cujas características e desdobramentos evidenciem atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros;

e) Que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos envolvidos;

f) cujo grau de complexidade e risco se afigurem incompatíveis com:

- o perfil do cliente ou de seu representante, nos termos da regulamentação específica que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente; e com o porte e o objeto social do cliente;

g) realizadas com a aparente finalidade de gerar perda ou ganho para as quais falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal;

h) transferências privadas de recursos e de valores mobiliários sem motivação aparente, tais como:

- entre contas-correntes de investidores perante o intermediário;

- de titularidade de valores mobiliários sem movimentação financeira; e
 - de valores mobiliários fora do ambiente de mercado organizado;
- i) depósitos ou transferências realizadas por terceiros, para a liquidação de operações de cliente, ou para prestação de garantia em operações nos mercados de liquidação futura;
- j) pagamentos a terceiros, sob qualquer forma, por conta de liquidação de operações ou resgates de valores depositados em garantia, registrados em nome do cliente; e
- k) operações realizadas fora de preço de mercado.
2. Operações e situações relacionadas a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas, com o financiamento do terrorismo, ou com o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, tais como aquelas que envolvam:
- a) Ativos alcançados por sanções impostas pelas resoluções do CSNU de que trata a Lei nº 13.810/19;
- b) Ativos alcançados por requerimento de medida de indisponibilidade oriundo de autoridade central estrangeira de que se venha a ter conhecimento;
- c) A realização de negócios, qualquer que seja o valor, por pessoas que tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260/16;
- d) Valores mobiliários pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por pessoas que tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260/16;
- e) Movimentação passível de ser associada ao financiamento do terrorismo, conforme o disposto na Lei nº 13.260/16 e 13.810/19.
3. Operações com a participação de pessoas naturais, pessoas jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas em países, jurisdições, dependências ou locais:

- a) Que não aplicam ou aplicam insuficientemente as recomendações do GAFI, conforme listas emanadas por aquele organismo;
 - b) Com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil.
4. Situações derivadas do processo de identificação do cliente, tais como:
- a) situações em que não seja possível manter atualizadas as informações cadastrais de seus clientes;
 - b) situações em que não seja possível identificar o beneficiário final;
 - c) situações em que as diligências previstas na seção II do Capítulo IV da Resolução CVM nº 50/21 (beneficiário final e processo de conhecimento dos clientes) e que não possam ser concluídas;
 - d) no caso de clientes que operações cujos valores se afigurem incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira de qualquer das partes envolvidas, tomando-se por base as informações cadastrais respectivas; e
 - e) no caso de clientes que a incompatibilidade da atividade econômica, do objeto social ou do faturamento informados com o padrão operacional apresentado por clientes com o mesmo perfil.

ANEXO IV - Dispõe sobre o conteúdo do cadastro de investidores de que trata o art. 11 da Resolução CVM nº 50/21

Com o objetivo de obter uma adequada identificação dos clientes, são solicitadas as informações abaixo relacionadas, que são analisados pelo Cadastro:

PESSOA FÍSICA:

- ⇒ Nome Completo;
- ⇒ Data de Nascimento;
- ⇒ Naturalidade;
- ⇒ Nacionalidade;
- ⇒ Estado Civil;
- ⇒ Nome da Mãe;
- ⇒ Tipo e número de documento de identificação;
- ⇒ Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF;
- ⇒ Nome e respectivo número do CPF/MF do cônjuge ou companheiro, se for o caso;
- ⇒ Endereço Completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP) e número de telefone;
- ⇒ Endereço eletrônico para correspondência (e-mail);
- ⇒ Ocupação profissional;
- ⇒ Entidade para a qual trabalha com o respectivo nº da inscrição no CNPJ para qual trabalha;
- ⇒ Informações atualizadas sobre os rendimentos e a situação patrimonial;
- ⇒ se o cliente é considerado pessoa exposta politicamente nos termos da Resolução CVM nº 50/21;
- ⇒ qualificação dos procuradores, se couber e descrição de seus poderes.

DO PERFIL DO CLIENTE:

- ⇒ Informações sobre o perfil do cliente, conforme regulamentação específica que dispõe sobre dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, quando aplicável.

CÓPIA DOS DOCUMENTOS:

- ⇒ documento de identidade; e
- ⇒ cópias dos seguintes documentos, se for o caso:
- ⇒ procuração; e
- ⇒ documento de identidade dos procuradores e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF.

PESSOA JURÍDICA:

- ⇒ Denominação ou nome empresarial;
- ⇒ Nomes e CPF/MF dos controladores diretos ou nome empresarial e inscrição no CNPJ dos controladores diretos, com a indicação se eles são pessoas expostas politicamente;
- ⇒ Nomes e CPF/MF dos administradores;
- ⇒ Nomes e CPF/MF dos procuradores, se for o caso;
- ⇒ Inscrição no CNPJ;
- ⇒ Endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP);
- ⇒ Número de telefone;
- ⇒ Endereço eletrônico para correspondência (e-mail);
- ⇒ Informações atualizadas sobre o faturamento médio mensal dos últimos 12 (doze) meses e a respectiva situação patrimonial;
- ⇒ Denominação ou razão social, bem como respectiva inscrição no CNPJ de pessoas jurídicas controladoras, controladas ou coligadas, quando aplicável, observado que na hipótese de a controladora, controlada ou coligada ter domicílio ou sede no exterior e não ter CNPJ no Brasil, deverá ser informada a razão social e o número de identificação ou de registro em seu país de origem;
- ⇒ Qualificação dos representantes ou procuradores, se couber e descrição de seus poderes;
- ⇒ Endereço completo dos procuradores, se houver, bem como registro se ele é considerado pessoa exposta politicamente;
- ⇒ Para cadastro de investidores que atuem em mercados organizados de valores mobiliários, as informações contidas acima e informações de procuradores (se aplicável) são obrigatórias.

DO PERFIL DO CLIENTE:

- ⇒ Informações sobre o perfil do cliente, conforme regulamentação específica que dispõe sobre dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, quando aplicável.

CÓPIA DOS DOCUMENTOS:

- ⇒ Documento de constituição pessoa jurídica devidamente atualizado e registrado no órgão competente;
- ⇒ Atos societários que indiquem os administradores da pessoa jurídica, se for o caso;
- ⇒ Procuração; e
- ⇒ Documento de identidade dos procuradores e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS:

- ⇒ A denominação;
- ⇒ Inscrição no CNPJ;
- ⇒ Identificação completa do seu administrador fiduciário e do seu gestor, conforme aplicável; e
- ⇒ Datas das atualizações do cadastro.

INVESTIDORES NÃO RESIDENTES:

- ⇒ No caso de investidores não residentes, o cadastro deve conter, adicionalmente:
 - os nomes e respectivos números de CPF/MF das pessoas naturais autorizadas a emitir ordens no Brasil e, conforme o caso, dos administradores da instituição ou responsáveis pela administração da carteira; e
 - os nomes e respectivos números de CPF/MF do representante legal e do responsável pela custódia dos seus valores mobiliários no Brasil.
 - É facultada a utilização de cadastro simplificado de investidores não residentes, possibilitando que a coleta e a manutenção dos dados cadastrais sejam realizadas por instituição estrangeira, desde que:

- O investidor não residente seja cliente de instituição estrangeira, perante a qual esteja devidamente cadastrado na forma da legislação aplicável em seu país de origem;
- A instituição estrangeira assuma, perante as pessoas mencionadas nos incisos I a III do art. 3º da Resolução CVM nº 50/21, a obrigação de apresentar, sempre que solicitadas, todas as informações relativas ao investidor decorrentes do processo de sua identificação;
- E demais informações contidas no Anexo C à Resolução CVM nº 50/21.

DAS DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM FICHAS CADASTRAIS PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA:

- ⇒ Se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos gestores de fundos de investimento e de carteiras administradas;
- ⇒ Se o cliente autoriza ou não a transmissão de ordens por representante ou procurador;
- ⇒ De que são verdadeiras as informações fornecidas para o preenchimento do cadastro;
- ⇒ De que se compromete a informar, no prazo de 10 (dez) dias, quaisquer alterações que vierem a ocorrer nos seus dados cadastrais, inclusive eventual revogação de mandato, caso exista procurador;
- ⇒ De que é pessoa vinculada ao intermediário, quando aplicável;
- ⇒ De que não está impedido de operar no mercado de valores mobiliários;
- ⇒ Informar os meios pelos quais suas ordens devem ser transmitidas; e
- ⇒ De que autoriza os intermediários, caso existam débitos pendentes em seu nome, a liquidar os contratos, direitos e ativos adquiridos por sua conta e ordem, bem como a executar bens e direitos dados em garantia de suas operações ou que estejam em poder do intermediário, aplicando o produto da venda no pagamento dos débitos pendentes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, quando aplicável;
- ⇒ Concordância do cliente com as informações;

⇒ Datas das atualizações do cadastro.

Para a negociação de cotas de fundo de investimento, será ainda obrigatório que conste do cadastro autorização prévia do investidor mediante instrumento próprio, incluindo declaração de ciência de que:

- Recebeu o regulamento e, se for o caso, o prospecto ou lâmina;
- Tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento;
- Tomou ciência da possibilidade da obrigação de aporte adicional de recursos, no caso de o patrimônio líquido do fundo de investimento tornar-se negativo;
- O disposto acima não se aplica à negociação de cotas em mercado organizado.